

Saúde dos docentes dos cursos de stricto-sensu: os danos causados por imposições do processo avaliativo

Marcio Pascoal Cassandre

Professor assistente do departamento de Administração da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana. Mestre em Administração pela UEM e doutorando do curso de Administração da Universidade Positivo e University of Helsinki.

End.: Rua Marcel Cassandre, 311, CEP 86802-190, Apucarana PR

Email: mcassandre@hotmail.com

Resumo

As modificações nas formas de produção, ao longo do desenvolvimento do capitalismo, influenciaram as universidades a repensarem a sua produção acadêmica. Neste contexto, os cursos stricto sensu das universidades configuraram-se a partir das regras propostas pelos organismos que estão ligados à produção acadêmica brasileira. Conceitos foram criados para demonstrar o nível de desempenho entre os programas de mestrado e doutorado das universidades e, dentro deste cenário, encontram-se os docentes responsáveis pela produção intelectual necessária ao cumprimento da finalidade do ensino superior, bem como, pela manutenção e elevação do nível do Programa de pós-graduação ao qual pertencem. Esta pressão exercida sobre os docentes, como forma de atender as exigências dos atuais métodos avaliativos, pode

ser prejudicial ao equilíbrio físico e psíquico destes trabalhadores, que necessitam apresentar constantemente excelentes resultados. Diante deste quadro, 286 docentes de cursos stricto sensu de duas universidades públicas do Paraná foram pesquisados para se conhecer a situação da saúde física e mental dos mesmos na atual circunstância. Os testes estatísticos ANOVA e Spearman possibilitaram a verificação de 22 elementos constitutivos das categorias Saúde Física e Mental, Satisfação, Trabalho e Crenças, em comparação com as áreas de atuação e com o conceito dos cursos. Os resultados apontaram um quadro de significativa insatisfação em relação à sua saúde física e mental de docentes de determinadas áreas do conhecimento e uma maior satisfação entre os docentes pertencentes aos programas com maior conceito perante a CAPES. Tais resultados possibilitaram uma análise, fundamentada na Teoria Crítica dos estudos organizacionais, sobre as situações em que a saúde física e mental do trabalhador está relacionada com a forma de gestão do trabalho das organizações. Palavras chave: Saúde Física. Saúde Mental. Professores Stricto Sensu. Produção Acadêmica. Desempenho Docente.

Abstract

The modifications in the forms of production throughout the development of the capitalism influenced the universities to reconsider its academic production. In this context, the stricto-sensu courses of the universities configured from the rules proposed by the organisms that are connected on to Brazilian academic production. Concepts have been created to demonstrate the performance level between the programs of master and doctorate of the universities and, inside this scene, the professors are responsible for the necessary intellectual production to the fulfillment of the purpose of superior education, which in its turn are constantly being evaluated. Before this chart 286 professors of stricto-sensu courses from two Parana's universities have been researched to be aware of the situation of the physical and mental health of those workers in the current circumstance of the universities and, therefore in the stricto-sensu courses. The statistical tests ANOVA and Spearman enabled an analysis of 22 constituent elements of the categories Physical

and Mental Health, Satisfaction, Work and Beliefs in comparison with the areas of performance and the concept of the courses. The results pointed out that the professors are unsatisfied in relation to their physical and mental health between areas and, a bigger satisfaction between the pertaining professors to the programs with bigger concept before the CAPES. Such results made an analysis possible, based on the critical theory of the organizational studies, on the situations in which the physical and mental health of the worker is related to the way of management organizations' work.

Keywords: Physical Health. Mental Health. Professors Stricto-Sensu. Academic Production. Professor Performance.

Resumo

El desarrollo del capitalismo provocó alteraciones en la forma de producción académica influenciando a las universidades para realizar la revisión de su propia producción. Dentro de esta concepción, los cursos stricto-sensu de las universidades son configurados a partir de las reglas propuestas por los organismos vinculados a la producción académica brasileña. Los conceptos fueron creados para demostrar el nivel de desempeño entre los programas de maestría y doctorado de las universidades y, en este escenario, se encuentran los docentes responsables por la producción intelectual exigida para cumplir la finalidad de la educación superior, bien como, por la mantención y elevación del nivel del Programa de pos-graduación al cual pertenece. La presión ejercida sobre los docentes, como forma de atender las exigencias de los actuales métodos de evaluación, puede ser perjudicial al equilibrio físico y psíquico de estos trabajadores que necesitan presentar constantemente excelentes resultados. Frente a este cuadro, 286 docentes de cursos stricto-sensu de dos universidades públicas del Paraná fueron investigados para conocer la situación de su salud física y mental en la presente circunstancia. Los test estadísticos ANOVA e Sperman permitieron la verificación de veinte y dos (22) elementos constitutivos de las categorías de salud física y mental, satisfacción, trabajo y creencias, en comparación con las áreas de actuación y con el concepto de los cursos. Los resultados mostraron un cuadro de significativa insatisfacción en

relación a la salud física y mental de docentes de determinadas áreas de conocimiento y una mayor satisfacción entre los docentes de programas que detienen el mayor concepto establecido por CAPES. Estos resultados permiten un análisis, fundamentado en la Teoría Crítica de los estudios organizacionales, sobre las situaciones en que la salud física y mental del trabajador está relacionada con la forma de gestión del trabajo de las organizaciones.

Palabras clave: Salud Física. Salud Mental. Profesores Stricto-Sensu. Producción Académica. Desempeño Docente.

Résumé

Les modifications apportées aux formes de production vues sous l'angle du capitalisme ont fait en sorte que les universités remettent en question le savoir académique produit. Dans ce contexte universitaire, les cours gradués sont intimement liés aux règles adoptées par les organismes intéressés par la production académique brésilienne. Des critères ont été élaborés pour comparer les performances respectives des programmes de maîtrise et de doctorat de diverses universités. Les maîtres de conférence responsables de ces cours doivent se soumettre aux exigences attendues dans ce contexte et faire face à un processus d'évaluation sur une base régulière. Plus de 286 d'entre eux, engagés dans les cours gradués provenant de deux universités de Parana, ont participé à une étude s'intéressant à leur santé physique et mentale à la lumière de la réalité vécue par d'autres collègues travaillant dans les mêmes conditions. L'analyse statistique de ANOVA and Spearman a permis de dégager 22 éléments permettant de caractériser des catégories liées aux critères d'évaluation de ces cours gradués (Physical and Mental Health, Satisfaction, Work and Beliefs). Les résultats illustrent que les maîtres de conférence sont insatisfaits tant au niveau de leur santé physique que mentale et qu'un niveau de satisfaction plus grand est observé chez ceux qui ne se sont pas encore soumis au CAPES. L'analyse des résultats s'est basée sur la théorie critique de l'étude des organisations où sont mis en lien la santé physique et mentale des travailleurs et les conditions de travail présentes au sein des organisations.

Mots Clé: Santé Physique, Santé Mentale, Production Académique,

Performance De Professeurs. Professeurs Études Graduées.

Introdução

As pressões para a maior produção não pertencem exclusivamente aos trabalhadores de uma atividade em particular. O sofrimento no trabalho e as formas de expropriação da força de trabalho também permeiam outros espaços que, até então, não pareciam ser suspeitos deste tipo de prática ou que tal ímpeto pudesse ser deflagrado.

A maioria das organizações sempre esteve fundamentada na perspectiva do lucro, porém nota-se uma acentuação nesta tendência por volta de 1990 com a abertura do mercado brasileiro às multinacionais, o qual “importou” o imperativo de novas práticas administrativas, especialmente o chamado método de gestão da excelência (Peters e Waterman 1984). Estas novas práticas, como por exemplo, exigência de flexibilidade nas organizações, jornadas de trabalho diferenciadas, trabalho como *status* para o trabalhador e reestruturação produtiva, trouxeram também o desafio permanente e a necessidade de mobilização total do indivíduo a serviço da organização (Chanlat, J. 1996).

Segundo Ouchi, W. (1990) esta corrida pela excelência é a resposta americana ao desafio da administração japonesa, que está fundamentada na devoção total para conquista de mercados e, neste sentido, se faz necessário, no interior da organização excelente, uma “equipe de combatentes” (Chanlat, J. 1996).

Neste sentido, a atuação gerencial passa a ser baseada também no desempenho do trabalho dos indivíduos, tendo como objetivo aumentar a produtividade de trabalho por trabalhador, para que, assim, obtenham-se resultados – tanto financeiros, ou outros em âmbito comportamental, como *status*, prestígio e poder – por meio de mecanismos complexos e bem elaborados de controle (Faria, J 2007a). Desta forma, a corrida por esta excelência desencadeia estratégias por parte das empresas modernas e também de instituições públicas e privadas, como as universidades, a fim de estabelecer, socializar e fazer cumprir as suas metas de produção – tanto tangíveis como intangíveis.

Nesta perspectiva, os docentes de cursos *stricto-sensu* de instituições públicas têm sido “estimulados” a fazerem suas as propostas de maior produção exigidas pelos Programas de Mestrado e Doutorado em que estão vinculados, ou ainda pelas comissões reguladoras e normatizadoras da pós-graduação no Brasil.

Bianchetti e Machado (2007) teceram considerações sobre o quadro alarmante diagnosticado no dia a dia dos docentes da pós-graduação, tanto em suas pesquisas como nas de De Meis e Velloso e Lannes e Carmo e de Meis (2003), bem como nas pesquisas de Louzada e Silva (2005). O fato é que, a pressão em publicar tem causado um efeito catastrófico na vida dos trabalhadores que se tornaram cada vez mais estressados e melancólicos (Waters, 2006 citado por Bianchetti e Machado, 2007) e têm sofrido de depressão e insônia (Louzada e Silva Filho, 2005 citado por Bianchetti e Machado, 2007)

Esta situação favoreceu o questionamento das consequências deste processo na vida do trabalhador docente de cursos *stricto-sensu* no Brasil, o qual pertence a uma categoria específica de trabalhadores e, desta forma, também é suscetível às mudanças nas práticas administrativas que operam as organizações em que trabalham.

Reconhecer e analisar qual a situação física e mental dos docentes de cursos *stricto sensu*, diante das intensas cobranças por produção intelectual, decorrentes da reconfiguração organizacional da produção acadêmica das universidades públicas brasileiras contribui para refletir sobre a influência da gestão sobre a saúde desses trabalhadores.

Exposições metodológicas e delimitação do campo empírico.

Considerando que, para Kosik, K. (2007), não há investigação sem problema, a metodologia proposta neste trabalho compreende a necessidade de haver uma distinção do que é fenômeno e do que é essência. No entanto, aquilo que pode ser considerado secundário não será recusado, admitindo-se que, talvez, possa ser irreal ou desnecessário, mas será explicitado na totalidade feno-

mênica, como parte das manifestações do problema.

Neste sentido, considerando-se a totalidade do fenômeno e suas manifestações, foram identificados os diversos aspectos da práxis cotidiana manifestada pelos sujeitos envolvidos na ação, a partir de suas falas e/ou registros.

A pesquisa proposta neste estudo tem como base os docentes que atuam na pós-graduação *stricto sensu*, pertencentes ao quadro efetivo de um total de 50 programas de cursos de mestrado e doutorado de duas universidades públicas paranaenses.

A Universidade aqui denominada “A”, atualmente é reconhecida como uma das melhores Universidades do País, possui, em 2008, 3.364 alunos de pós-graduação (*lato sensu e stricto sensu*), divididos em 180 cursos de pós-graduação (mestrado, doutorado, residência médica e especialização).

A Universidade aqui denominada “B”, oferece 63 cursos de especialização, 26 de mestrado implantados, mais dois aprovados, 11 de doutorado implantados, mais dois aprovados, além dos 50 cursos de graduação distribuídos em cinco campus.

O número total de docentes vinculados aos Programas de pós-graduação *stricto sensu* destas duas universidades corresponde a 947, sendo que 96 deles estão vinculados a dois ou mais Programas diferentes. Alguns desses docentes fazem parte de convênios interinstitucionais estabelecidos entre os Programas e/ou entre estas duas universidades. Desta maneira, consideraram-se, apenas, 851 docentes como universo de pesquisa válido.

Após a aplicação do questionário, foi possível contabilizar as respostas válidas de 286 docentes para constituição da amostra. Os dados e informações coletados foram processados e analisados estatisticamente com a utilização do software *Statistical Package for Social Science* (SPSS).

O instrumento de pesquisa intitulado “Avaliação de Qualidade de Vida e Saúde Mental no Trabalho” teve como base de sua constituição o Questionário sobre Qualidade de Vida da Organização Mundial da Saúde (OMS), utilizando-se de algumas perguntas de forma integral, outras de forma adaptada e, ainda,

questões com perguntas específicas. A coleta de dados se deu através de um questionário de perguntas fechadas, contendo 8 questões com a intenção de coletar – no formato de múltipla escolha – informações básicas do docente respondente, atentando-se ao fato da total discrição na não identificação do mesmo. Além disso, o instrumento empregado apresentava 122 perguntas, divididas em seis partes, constituindo-se quatro grandes Categorias de Análise sendo elas: i) saúde física e mental; ii) satisfação; iii) trabalho; iv) crença. Cada uma destas categorias é composta por “elementos constitutivos”, que são aqueles fenômenos ou fatos que, em seu conjunto, definem as categorias. O tipo de amostra empregada foi a probabilística estratificada, através de um instrumento composto de escala de *likert* não comparativa, variando de 1 a 5 pontos.

As questões levantadas no questionário surgiram de queixas, comentários, avaliações, debates, seminários, documentos, depoimentos escritos e orais, reportagens jornalísticas, relatórios e trabalhos acadêmicos.

Para a aplicação do questionário nas duas Universidades foi realizada divulgação da ocorrência da pesquisa durante reuniões com os coordenadores de curso *stricto sensu*, onde cada um deles recebeu um envelope lacrado contendo um número de questionários correspondente à quantidade a ser pesquisada, os quais seriam repassados para os docentes pelos próprios coordenadores, que responderiam de forma voluntária e anônima. Na parte externa deste envelope continha instruções quanto à devolução e prazos.

Em ambas as universidades, no momento da solicitação da autorização para a realização da pesquisa, foi levantada a questão sobre a necessidade de consultar o Conselho de Ética, porém os colegiados das duas universidades julgaram não ser necessário este tipo de procedimento, tendo em vista o caráter da pesquisa.

A análise de dados foi desenvolvida em duas partes: na primeira delas, foi realizada análise fatorial por meio dos testes *Kaiser-Meyer-Olkin* (KMO) e esfericidade de *Bartlett*. Após a definição de quais variáveis enquadravam-se em cada fator, avaliou-se a confiabilidade por meio do teste alfa de *Cronbach*, sendo aceita

adequada quando o valor fosse maior que 0,7 (Hair e Anderson e Tatham e Black, 2005).

Além disso, análises bivariadas foram executadas nos dados encontrados por meio da análise de variância Anova – *Analysis of Variance* (Análise de Variância). Este tipo de análise possibilitou a comparação da diferença de médias de três ou mais grupos através de verificação do quão diferente cada média individual é da média geral (Dancey e Reidy 2006). A aplicação do teste Anova teve a utilidade em comparar cada um dos 22 fatores (construtos) com os elementos de identificação estabelecidos na pesquisa.

Para ambas as análises bivariadas, Anova e *Spearman*, a probabilidade de que o teste tenha apresentado valor errado será indicado pelo valor do p. No caso desta pesquisa, só se admitiu como passível de análise quando o p fosse considerado no valor abaixo de 0,05, indicando, assim, 1 chance de erro em 20 testes (1/0,05) (Dancey e Reidy 2006) .

O trabalhador intelectual

Há uma diferença significativa entre a produção do operário tradicional e a produção do trabalho intelectual, neste caso o docente universitário. Em âmbito de esforço físico, ambos parecem muito distintos, já que o primeiro utiliza-se de sua capacidade física de fazer para a produção de bens e objetos tangíveis, e o segundo não produz exatamente um bem tangível, apesar de existirem exigências para que este trabalhador intelectual formalize a sua produção invisível, a do conhecimento, em formas físicas de comprovação, como no caso da publicação de artigos em periódicos, revistas, livros etc., ou, no mínimo, que formalize o seu trabalho no registro de atividades do livro de chamada. Ao admiti-lo como cognitariado, espera-se deste trabalhador intelectual um “valor excedente, ainda que o produto do seu trabalho possa ser imaterial (Faria, J. 2007a, p. 13)”.

Como relação de produção, os docentes universitários vendem, não sua força de trabalho manual, mas aquilo que faz parte do seu corpo, a mente e o intelecto, para a indústria da especialização técnica ou do conhecimento necessário à sobrevivência.

Há um brilho intenso nesta atividade que a distingue do trabalhador braçal. Conforme observa Holanda, S. (1995), a diferença entre um cortador de cana e um docente universitário é evidente e não desmerecida a ponto de se colocar no mesmo patamar o desgaste sofrido pelo esforço físico nas duras condições do primeiro, inclusive de ambiente de trabalho de um e de outro. Reconhece-se que os ambientes de trabalho de um e outro já são um motivo que talvez merecesse o fim das discussões. Há que se fazer uma observação: o trabalhador intelectual docente não está desobrigado de cumprir com papel idêntico ao do trabalhador da fábrica, haja vista que a indústria do conhecimento privado obedece e faz cumprir as mesmas regras e leis do trabalhador da fábrica; mas é a relação de venda da força física ou mental do trabalhador que este trabalho se propõe a analisar.

Heloni e Piolli (2004) afirmam que é no trabalho e nas expectativas dele que os sujeitos constroem seus projetos de auto-realização e identidade no campo social, mas não se deve esquecer que são os docentes universitários as ferramentas de conhecimento que “abastecem a máquina”, que faz do conhecimento e da valorização da educação como que a porta para a ascensão social pela via da educação e formação profissional e promove o aumento das chamadas competências. Assim, o docente *stricto sensu* é o formador de força de trabalho (mestres e doutores) para a atuação na formação de outros docentes necessários para a garantia do abastecimento de profissionais, seja para atividades produtivas industriais, de serviços, financeiros, de saúde ou agrícolas, seja para as atividades educacionais, desde a de ampliação do ensino fundamental.

Sendo assim, as obrigações do intelectual, enquanto trabalhador, não parecem constituir-se totalmente distintas do trabalhador empregado em organizações industriais, comerciais e de serviços, e portanto, cabe aos docentes as mesmas regras da reconfiguração produtiva, bem como a análise da relação entre trabalho e trabalhador a, a qual conduz ao entendimento das características do trabalhador do século XXI; se ele deve ser entendido dentro de uma nova perspectiva de trabalho, evoluída do pensamento produtivo atual ou se, como um trabalhador atuante na “colcha de retalhos” que algumas organizações incorporam, ten-

tando encontrar para cada situação uma teoria apropriada, ou ainda, quem sabe, uma perspectiva nova, pioneira e inovadora.

Vários autores — como Moraes Neto, B. (1991), Antunes, R. (1999), Faria e Pinto (2004), Alves, G. (2007), Faria, J. (2007a) — apontam transformações técnicas, organizacionais e de gestão encontradas neste novo período, após o esgotamento da Organização Científica do Trabalho (OCT): i) adoção, por parte das organizações industriais, de processos de trabalho com a utilização de cronômetro e produção de séries menores de bens diversificados; ii) desregulamentação/flexibilização dos direitos do trabalhador; iii) fortalecimento dos setores informais: reforço do exército de reserva e existência de subsistemas de trabalhos alternativos, fortalecendo o desemprego estrutural. Para Faria, J. (2007a, p. 210),

[...] essa renovação é necessária ao capital à medida que as relações sociais de produção evoluem, tornando as técnicas e métodos organizacionais de controle ineficazes e obsoletos, exigindo que o controle seja assegurado, vestindo o velho modelo com nova embalagem, ou seja, adaptando os métodos e técnicas às novas exigências, modernizando a forma cujo conteúdo permanece o mesmo.

Logo se entende que, embora este novo momento possa significar um novo período de outras formas de produção, é nítida a constância e relevância da necessidade de utilização da força de trabalho no trabalho produtivo; essa força de trabalho não é substituída por uma nova maquinaria, nem se estabelece uma nova relação mais humana e saudável no ambiente de trabalho, apesar de assim poder parecer. O que se nota é, um melhor aproveitamento das forças produtivas, desta vez utilizando outras inteligências, porém não menos desconhecidas.

A saúde mental dos trabalhadores e elementos influenciadores

As mudanças estruturais das organizações decorrentes da globalização forçaram-nas a serem mais competitivas em nível

internacional e a investirem no setor de serviços. Com essa expansão, as organizações tiveram que se adequar e reorganizar o trabalho, modificando seus sistemas de gerenciamento, intensificando as práticas de supervisão nas tarefas e no processo de produção, além da precarização das relações de trabalho que trouxeram consequências pouco conhecidas sobre a saúde mental do trabalhador.

A saúde do trabalhador tem sido um fenômeno vulnerável a este contexto, chamando a atenção de pesquisadores das áreas de psicologia, psiquiatria, antropologia, sociologia, administração, entre outros (Vasconcelos, A. 2007).

De acordo com Ferreira e Pacheco (2007), o reconhecimento de que o trabalho exerce forte influência na saúde física e mental dos indivíduos começa a ser debatido após a Revolução Industrial, porém as publicações a esse respeito somente começam a surgir na Europa e nos EUA no século XX. As experiências de *Hawthorne*, descritas por Elton Mayo, apontavam as relações entre condições de trabalho e a produtividade dos trabalhadores. Também o fator segurança no trabalho foi tema das pesquisas do Instituto Tavistock de Relações Humanas, em que expuseram os efeitos nocivos que as minas de carvão criavam na saúde dos trabalhadores.

Conforme Danna e Griffin (1999), não existe uma definição consistente sobre saúde e bem-estar, porém este último consiste em um fenômeno mais amplo e abrangente que engloba a satisfação do indivíduo em diferentes aspectos de sua vida geral, como, por exemplo, na vida familiar, social, espiritual, no lazer etc., em conjunto com o elemento trabalho, tais como satisfação com o trabalho em si, o salário, as oportunidades de promoção, os colegas, a chefia etc. Em relação à saúde, ela deve ser considerada como um elemento pertencente ao bem-estar, que se expressa por meio de indicadores psicológicos – os sentimentos de afeto, frustração e ansiedade – e indicadores físicos ou fisiológicos – por exemplo, a pressão sanguínea, condição cardiovascular, saúde física em geral, entre outros.

Para Ferreira e Pacheco e Pinto e Fernandes e Correa (2007, p. 3), “o bem-estar no trabalho é composto de uma dimensão cognitiva, associada à satisfação no trabalho, e de uma dimen-

são afetiva, manifestada em afetos positivos e negativos dirigidos ao trabalho”.

De fato, a organização do trabalho pode ser responsável pela fragilização mental dos indivíduos, conforme tem sido abordado por Codo, W. (2004a) e Dejours, C. (1992), pois um trabalhador despende parte do seu tempo de vida dentro de uma organização, vendendo a sua força de trabalho.

Conforme publicação do Ministério da Saúde (2005), a Saúde do Trabalhador passa a ter nova definição e amparo legal a partir da Constituição Federal de 1988, com a instituição do Sistema Único de Saúde. Os movimentos sociais e sindicais pressionaram os estados e municípios a atualizarem seus estatutos jurídicos de forma a dar atenção à saúde do trabalhador. Em referência ao processo produtivo, a saúde do trabalhador é um objeto complexo devido aos aspectos socioculturais, políticos e econômicos.

A saúde mental dos trabalhadores no atual milênio está sendo reconhecida como sendo de importante debate, mas as pressões por maior produtividade desempenham uma força contrária à estabilização desta condição importante para o equilíbrio físico e psíquico dos trabalhadores. A pressão no trabalho pode ser caracterizada não apenas pela expressão da palavra, mas devem ser consideradas as condições e as formas que tais pressões podem estar sendo compostas. O Poder e o Controle demonstram ser elementos determinantes na intensificação de práticas coercitivas e autoritárias de maior produção, fato este que pode levar a prejuízos na saúde dos trabalhadores.

Observando-se os processos de produção, principalmente o taylorista, o fordista e o toyotista, faz-se importante considerar, além dos processos, também as relações de trabalho resultantes destas dinâmicas de produção. As relações de trabalho se tornaram sofisticadas com o emprego de mecanismos de controle ajustados aos mecanismos constitutivos de cada um destes processos.

Não se pode descartar que as organizações necessitam de instrumentos de controle, medidas de disciplina e mecanismos de sanções para garantir os seus interesses de manutenção, porém

cabe reconhecer quais são as formas e formatos que estas mesmas organizações manifestam, de forma tal que os seus objetivos sejam atingidos e garantidos.

Todos os tipos de organização possuem sistemas de controle, medidas de disciplina e mecanismos de sanções, pois estes são fundamentais para sua manutenção. O que importa analisar é o quanto estes sistemas, medidas e mecanismos são absolutamente claros ou não para seus membros ou quanto os mesmos resultam ou não de amplos e democráticos processos de decisão (Faria, J. 2007b, p. 18).

A defesa teórica com esta perspectiva parte da iniciativa colaborativa do controle e o poder como utilitária na melhoria dos processos produtivos, porém estes dois elementos também podem desencadear situações que prejudiquem a saúde física e mental dos indivíduos.

As organizações utilizam-se de meios subjetivos para guiar a conduta do trabalhador e, assim, fazer com que ele absorva com mais facilidade as regras e normas que vão torná-lo mais produtivo. Neste sentido, a sua subjetividade é roubada, ou seja, o trabalhador executa a tarefa baseado em outros elementos que escondem a realidade de abuso de poder, excesso de trabalho e exploração. O trabalhador passa a ter nome e sobrenome da empresa, ele já não é mais ele, mas sim a própria organização.

Neste sentido, o sujeito trabalhador docente universitário – objeto de análise desta pesquisa – se encontra presente como elemento fundamental para que o “processo produtivo universitário” se mantenha e que o poder e a ordem permaneçam em sintonia com os propósitos da organização (leia-se universidade), quer seja ele o lucro nas organizações de iniciativa privada ou as tantas intenções presentes nas organizações da iniciativa pública, como no caso proposto.

Teoria crítica como elemento de fundamentação

Diante do imperativo das sofisticadas relações de poder deflagradas neste século XXI, por conta da chamada globalização, verificam-se algumas transformações no contexto das organizações e das pessoas, onde i) as condições de vida da classe trabalhadora têm se deteriorado; ii) o mercado capitalista tem sido valorizado por meio do discurso do neoliberalismo; iii) as relações de poder tem como finalidade a manutenção da posse política; iv) as organizações têm usado com mais frequência de mecanismos de controle e de poder de forma velada e camuflada; v) as ciências e o conhecimento decorrente dos avanços científicos passam a atender aos poucos que podem pagar pelo acesso aos novos conhecimentos e este acesso é restrito, devido às profundas desigualdades econômicas e sociais; vi) o individualismo se destaca em detrimento do coletivo; vii) fórmulas prescritivas e fantasiosas têm sido valorizadas, contribuindo para o pensamento individualista dos gestores em detrimento do grupal; viii) racionalidades (por meio de regras, objetivos, políticas, processos produtivos, planos, estratégias etc.) e subjetividades (símbolos, ritos, imaginários e mitos) são parte das formas de controle e poder nos espaços das organizações, dentre outros aspectos; ix) as formas de poder na contemporaneidade têm se utilizado de formas sutis de controle, principalmente por meio de estratégias subjetivas (Faria, J. 2007).

Neste contexto, emprega-se, para esta pesquisa, o referencial teórico da chamada Teoria Crítica como elemento de fundamentação. Para Faria, J. (2007a, p. 2), a “Teoria Crítica é uma escola de pensamento derivada do marxismo, também conhecida como marxismo ocidental, com um corpo conceitual definido (...), com suas linhas de investigação, que também realiza estudos críticos”. Esta teoria se originou da compreensão totalizante e dialética emergidas das contradições da sociedade capitalista, decorrente dos estudos advindos dos teóricos da Escola de Frankfurt e apoiados na dialética materialista em diálogo com outros pensadores não marxistas, como Freud e Weber. “Tais diálogos abriram espaços para a ampliação das análises de fundamento marxista,

entre outras, nas áreas da estética, da cultura, do conhecimento, da linguística, da psicologia social e das organizações” (Faria, J. 2007a, p. 5).

Para a análise das organizações e suas finalidades, torna-se necessário elucidar as formas de poder e controle presentes nestes espaços e relações de trabalho e, neste sentido, a Teoria Crítica não tem a pretensão de se constituir apenas pelos fundamentos da teoria econômica, mas também pela via da análise do poder, logo uma Economia Política do Poder (Faria, J. 2007a).

A Economia Política do Poder é, portanto, a forma que assume a Teoria Crítica, fundada em uma dialética materialista interdisciplinar, nos estudos sobre as organizações, na medida em que leva em conta tanto os movimentos internos e contraditórios destas, nos quais se contemplam as realidades manifestas e ocultas (compartilhadas ou não pelos sujeitos), como suas interações com a totalidade social, interações igualmente complexas e contraditórias, nas quais se contempla o sociometabolismo do capital (Faria, J. 2007a, p. 11).

Quando esta teoria é empregada nos estudos organizacionais, pretende-se compreender a vida das organizações e sua dinâmica, através de um esquema teórico-metodológico dialético que explicita a vida cotidiana dos sujeitos das mais variadas formas, porém que se enfatize e valorize o sujeito dentro de sua coletividade (diga-se, classes, extratos de classe ou grupos) mais do que as organizações em que trabalham, constatando-se, desta forma, que uma sociedade sem exploração é a única saída para se pronunciar a justiça, a liberdade e a democracia (Faria, J. 2007a).

Torna-se salutar elucidar que esta crítica, apesar do peso negativo que a palavra carrega, não recai no entendimento do senso comum de que a crítica contém implicitamente uma solução pronta, ou que a crítica tem a intenção destrutiva, mas, sim, afirma-se que “a simples crítica fundamentada já se constitui em um grande avanço em diversas situações, porque coloca o problema para o qual uma ação coletiva é convocada a se organizar” (idem, ibidem, p. 4).

Outrossim, cabe destacar as seis categorias analíticas gerais

que caracterizam as bases da Teoria Crítica. São elas:

a) as contradições presentes em cada momento histórico das ações humanas, das organizações econômicas, políticas e sociais;

b) a ideologia dominante que deturpa a realidade e fragmenta a compreensão da totalidade pela sociedade;

c) as racionalidades dominantes que são criadas para legitimar as ideias e os valores morais de grupos sociais que tentam manter seus privilégios e posse dos meios de controle e poder;

d) o contexto social histórico que explica o desenvolvimento de um determinado fato social por meio da trajetória histórica percorrida;

e) o esclarecimento promovido pela chamada “emancipação”, que pretende oferecer autonomia ao indivíduo e à sociedade, contribuindo para que a própria história dos mesmos seja valorizada e construída;

f) a conscientização individual e coletiva a fim de compreender a realidade para a formação da consciência dos indivíduos ou de uma coletividade (Faria e Meneghetti, 2004).

Cabe destacar a intenção desta Teoria em investigar as contradições sociais nas ações dos sujeitos individuais e coletivos em processos de relações sociohistóricas, pois a emancipação dos indivíduos deve ser respeitada, ao passo que entende-se a importância do trabalho como elemento concreto para este fim.

Constitui-se, portanto, a partir das análises do materialismo histórico e dialético, para apreender os processos de transformação da sociedade, e das contribuições da psicossociologia, para estabelecer as relações entre os sujeitos da ação e a própria ação (Faria, J. 2007a, p. 10).

Assim, a partir da base da Teoria Crítica de análise das formas de controle nos locais de trabalho e que esta Economia Política do Poder, aliada à psicossociologia e à psicologia social, vem explicar, além da luta de classes e do modo de produção capitalista, as relações dos sujeitos trabalhadores que “se encontram aprisionados nas relações específicas que se processam nos lo-

cais de trabalho, nas quais o sujeito do capital se impõe sobre o sujeito do trabalho” (Faria, J. 2007a).

Universidades

A partir das novas formas de produção propostas pela OCT, com o início do taylorismo até a configuração tomada pelas organizações atuais, constata-se que a força de trabalho humano é também fundamental para a existência das organizações, assim como também eram nas associações de artesãos, nas chamadas guildas.

Dentre as organizações envolvidas no processo produtivo indiretamente, encontram-se as universidades responsáveis pela formação e qualificação da força de trabalho para os diversos setores da vida social. Destaca-se que, para além da formação da força de trabalho disponibilizada, também a universidade pública é responsável pela qualificação profissional, pesquisa e inovação tecnológica no país.

Em se tratando da configuração das instituições de ensino superior (IES) brasileiras, em especial das públicas, a administração das mesmas sofreu influência direta do contexto do arranjo produtivo e organizacional estabelecido no país, passando a ser vista com olhos gerenciais.

Segundo Shiroma, E. (2000), as reformas do ensino superior empreendidas pelos governos do regime militar nas décadas de 60 e 70 foram fortemente balizadas por recomendações advindas de agências internacionais e relatórios vinculados ao governo norte-americano (Relatório ATCON) e ao Ministério da Educação Nacional (Relatório Meira Mattos), incorporando compromissos assumidos pelo governo brasileiro na “Carta de Punta del Este” e no Plano Decenal da Educação da Aliança para o Progresso – sobretudo os derivados dos acordos entre o MEC e a AID (*Agency for International Development*), “os tristemente célebres Acordos MEC – USAID” (1961, p. 33).

Para a efetivação de empréstimos, este organismo internacional financiador passa a intervir na formulação das políticas

internas dos países que dependem de recursos para a execução das ações políticas internas, dentre elas a educação.

Assim, as influências do Banco Mundial nas políticas públicas de educação brasileira na década de 90 tinham como objetivo racionalizar e dar eficiência à educação, o que contribuiu diretamente para a elaboração do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, em 1995.

Conforme Torres, R. (1998), as prioridades do Banco Mundial em investimentos de educação na década de 60 estavam voltadas, sobretudo, para a estrutura física e educação de nível médio, técnica e vocacional. A partir de 1970, o interesse estava no atendimento das necessidades básicas dos mais pobres, tornando-se foco a educação básica para pessoas entre sete e quatorze anos.

Por outro lado, a educação superior gratuita ficou relegada a segundo plano e, dentre as recomendações do Banco Mundial, orientou-se a separação entre instituições de ensino e pesquisa e as instituições de ensino. A intenção é que houvesse a concentração do ensino e pesquisa apenas em algumas universidades públicas e não em todas, devido ao seu alto custo.

De acordo com as propostas do Banco Mundial, o modelo de universidade que une o ensino, a pesquisa e a extensão é considerado muito dispendioso, devendo os países em desenvolvimento optar por instituições privadas voltadas apenas para o ensino e mais sensíveis às necessidades do mercado de trabalho. Esta lógica separa as universidades públicas em centros de excelência, daquelas dedicadas apenas ao ensino.

Durante os governos do regime militar pós-1964, as motivações que contribuíram para esta mudança normativa das instituições de ensino superior brasileiras estiveram atreladas às recomendações feitas pelas agências internacionais e relatórios vinculados ao governo norte-americano.

Os documentos comprovaram a intenção da reforma do modelo de formação de “capital humano”, ou seja, em atender às perspectivas econômicas com vistas a acelerar o processo de desenvolvimento econômico do país e ganhar maior independência quanto ao domínio tecnológico na execução do trabalho.

O interesse capitalista, então sediado no Brasil, tratou de criar formas de aperfeiçoamento dos trabalhadores, para que a sua força de trabalho empregada em potencial fosse lapidada, melhorada e apropriada – prática típica do taylorismo – com isso, o interesse em propiciar tecnicidade ao capital, fazendo despon-tar cursos técnicos.

Os fundamentos da OCT parecem muito bem empregados nesta nova forma de gerenciar o ensino superior proposto pelos militares. Cunha, L. (1983, p. 12) denuncia:

Sabia que a modernização do ensino superior empreendida pela reforma universitária de 1968 destinava-se a colocar a universidade a serviço da produção prioritária de uma nova força de trabalho requisitada pelo capital monopolista organizado nas formas estatal e privada ‘multinacional’. Sabia, também, que essa modernização visava a criar condições ‘racionais’ (melhor diria – tayloristas) para o atendimento da crescente demanda de ensino superior pelos jovens das camadas médias, demanda essa induzida pelo processo de monopolização.

Em 1994, o então presidente Fernando Henrique Cardoso, por meio da “Proposta mãos à obra”, sugeriu uma nova reforma onde as Instituições de Ensino Superior (IES) passaram a ser mais pressionadas pela eficiência, a expandirem as matrículas e a criarem cursos noturnos. Além disso, as políticas nacionais não oportunizavam a abertura de concursos – fomentando, desta forma, o chamado trabalho precário com os contratos temporários –, congelamento de salários, estímulo às aposentadorias precoces e a ampliação da carga didática em detrimento da pesquisa (Shiroma, E. 2000).

A pós-graduação passa a ter uma demanda maior, exigindo, para isso, docentes com alto nível de eficiência envolvidos na pós-graduação *stricto sensu* como “condição para uma boa avaliação da Capes” (Shiroma, E. 2000, p. 97).

Não obstante, o rigor exigido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por meio dos chamados Critérios de Avaliação Trienal, avalia atualmente vá-

rios itens para credenciar e descredenciar Programas de Mestrado e Doutorado em todo o Brasil, apresentando a mesma regra para os docentes pertencentes ao quadro de docentes destes Programas e, ainda, imprime exigências para os alunos pertencentes aos mesmos. “Para a pós-graduação *stricto sensu*, existe o cada vez mais rigoroso Sistema de Acompanhamento e Avaliação sob responsabilidade da Capes, vale lembrar, em vigor antes dos anos de 1990” (Shiroma, E. 2000, p. 95).

Se processos avaliativos são fundamentais para os Programas, para os docentes e alunos como um todo, questiona-se, porém, a forma e o conteúdo pelos quais vêm sendo implementados e sua eficácia quanto à melhoria e aperfeiçoamento das instituições.

Além das recomendações do Banco Mundial para o ensino superior no Brasil na década de 60, cabe lembrar a intervenção da chamada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) que, para Belloni, I. (2002), visava à efetivação das políticas de ajuste estrutural voltadas para a profissionalização em detrimento de uma formação global, o que reflete diretamente na atuação da pós-graduação no Brasil, acatando as intenções internacionais ora mencionadas.

Essa Lei, conforme Belloni, I (2002, p. 138), atribui à universidade a função de sustentar, nos cursos, na “produção intelectual institucionalizada, um terço do corpo docente, pelo menos, com título de mestre ou doutor, e um terço do corpo docente em regime de tempo integral”, destacando-se uma utilidade substancial para cursos de pós-graduação *stricto sensu* no país.

Neste sentido, os objetivos do governo brasileiro, prescritos a partir da LDB e do Banco Mundial, estão sistematizados e concatenados a fim de que se obtenham resultados dirigidos a um mesmo propósito.

A avaliação do desempenho docente

A avaliação da pós-graduação brasileira abrange processos conduzidos por comissões de consultores do mais alto nível, vinculados a instituições públicas das diferentes regiões do país e

indicados por determinado período para esta ação.

Os números atuais da Capes evidenciam que nos últimos sete anos foram criados 872 novos cursos de mestrado e 492 de doutorado. O número de alunos matriculados nesse período aumentou em 30 mil no mestrado e 19 mil no doutorado. O número de mestres e de doutores titulados entre 1996 e 2003 praticamente triplicou (Caracterização..., 2008).

Em todo o território brasileiro, todos os cursos de mestrado e doutorado reconhecidos e chancelados pela Capes devem subsidiar informações anuais na forma de relatórios, para fins de acompanhamento e avaliação por parte deste órgão do governo federal.

O processo referente a esta obrigação implica na alimentação de planilhas do chamado sistema DataCapes ou ColetaCapes de forma correta, de modo a explicitar aos avaliadores indicados pela Capes todas as atividades de pesquisa e ensino realizadas ao longo do ano pelo corpo docente e discente vinculados a um determinado Programa, resultando, assim, numa avaliação convergente com a dimensão atual do Programa de Pós-Graduação avaliado.

Conforme a Ficha de Avaliação do Programa, a partir da reformulação do sistema de avaliação em 1998, os conceitos básicos que caracterizam o nível de desempenho dos Programas/cursos reconhecidos pelo MEC são expressos pelas notas e atribuídos conceitos: “5” (Muito bom), “4” (Bom) e “3” (Regular). As notas “6” e “7” são reservadas e atribuídas aos Programas enquadrados como conceito “5” na primeira fase de realização da avaliação trienal que apresentem desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência e que tenham um nível de desempenho altamente diferenciado em relação aos demais Programas.

No ano de 2007, foram 155 Programas avaliados com conceito “6”, e com conceito “7” foram 82, em um total de 2.256 cursos de mestrado e doutorado existentes no país (Avaliação Trienal..., 2008).

Em relação ao tempo, há uma corrida em submeter os resultados dos trabalhos de pesquisa para garantir que o Programa ao qual o docente de curso *stricto sensu* pertence, no mínimo, per-

maneira com o mesmo conceito perante a Capes ou, quem sabe, aumente o conceito. Mas em que condições este trabalhador produz com qualidade e respeitando o seu tempo livre de produção acadêmico-científica?

Com a avaliação trienal dos cursos, o tempo para produção já não pode ser mais livre, pois o “tempo perdido” pode ser fatal para o Programa ou para o docente, pois sendo ele “improdutivo” para o Programa, então é descredenciado do quadro de docentes do Programa, porém existe a possibilidade de recredenciamento.

Diante disso, pode-se considerar as universidades como espaços de produção. No caso das universidades públicas, não se pode considerar a mais valia, diferentemente das privadas. Nesta ótica, não será a universidade – figura simbólica – quem dará sentido à determinação de quantidade e tempo para produção. Isto vai além. São os próprios docentes que, no afã de garantir a renovação do conceito ou a sua melhoria, são envolvidos pessoalmente na busca de recordes de produção no menor tempo possível – o prazo são as avaliações trienais – para submissão de seus trabalhos para a avaliação. Desta forma, no momento em que o Programa é avaliado, “a empresa não determina os objetivos de produção, são os trabalhadores que o fazem” (Oliveira, E. 2004, p. 51).

No caso dos cursos de mestrado e doutorado das universidades, a cobrança pela produção é uma regra para a coordenação dos Programas. O docente sabe que, para a manutenção ou elevação do conceito, o “Programa” (significando a coletividade) deve se esforçar. A palavra programa serve para, indiretamente, instituir um compromisso mútuo entre os docentes para que o pior não ocorra: o desligamento do curso por parte da Capes.

Os efeitos da avaliação dos programas na saúde dos docentes

Dentre as quatro categorias analisadas na pesquisa, a Saúde Física e Mental foi escolhida para melhor aprofundamento deste trabalho, pois se subentende que a saúde física e mental dos trabalhadores pode interferir no desempenho de suas atividades docentes e, conseqüentemente, na vida cotidiana destes traba-

lhadores. Através do teste Anova obteve-se a comparação dessa categoria supramencionada com os elementos de identificação ***Avaliação do Principal Programa de Pós-Graduação ao qual está vinculado*** e, em seguida, com o elemento ***Área de Atuação***.

Após a aplicação do teste Anova, quatro dos nove elementos constituintes desta categoria no cruzamento proposto (conforme Tabela 1) se destacaram. Os nove elementos são: ***Satisfação com a Saúde Física e Mental; Segurança e Condições Materiais; Satisfação com a Vida Sexual; Reconhecimento pelo Trabalho; Relação Interpessoal, Apoio de Amigos e Familiares; Crenças e Sentidos da Vida; Eficácia, Avaliação e Reestruturação das Relações de Trabalho; Dificuldades e Preocupações Materiais; Medicação e Qualidade de Vida.***

Tabela 1 – Elementos constitutivos da categoria saúde física e mental com maior significância, em comparação com o conceito de curso

Fonte: Dados da Pesquisa.

O elemento ***Segurança e Condições Materiais*** (SIG=0,001) mostrou que os docentes pertencentes a programas com conceito 6 apresentam maior segurança em comparação com os outros quatro conceitos que, por sua vez, possuíram um equilíbrio da média das respostas e falta de um posicionamento definido entre esses trabalhadores.

O WHOLIS (Sistema de Informação da Biblioteca da Organização Mundial da Saúde) define segurança como “ausência de exposição a perigo e proteção contra a ocorrência ou risco de lesão ou perda. Sugere precauções ideais no ambiente de trabalho, na rua, no lar etc., e inclui segurança pessoal, assim como a segurança de propriedade”.

A pesquisa objetivava conhecer o grau de segurança na vida diária do docente; a impressão do docente em relação à sua vivência em um ambiente seguro; e a avaliação do docente na qualidade dos serviços de infraestrutura disponíveis a ele. Os resultados evidenciaram que quanto mais (ou menos) seguros e satisfeitos com condições materiais, maior (ou menor) é o conceito do curso.

Os docentes dos cursos Recomendados (R) admitiram ter pouca **Relação Interpessoal, Apoio de Amigos e Familiares** (Sig=0,004), em comparação aos docentes pertencentes aos demais programas e seus respectivos conceitos perante a Capes. Por relações interpessoais entende-se como a avaliação subjetiva que o docente pode fazer ao poder contar com o apoio de pessoas significativas, como amigos, vizinhos e a própria família. Assim, este sujeito responderia às demandas externas, podendo contar com um suporte capaz de integrá-lo socialmente ao seu meio através do apoio de pessoas significativas e de uma rede de serviços. Esta rede de serviços estaria acessível a este docente caso, por exemplo, houvesse a necessidade de suporte a situações estressantes que ele estivesse vivenciando no seu dia a dia, ligadas, inclusive, a transtornos psiquiátrico-psicológicos (Baibich-Faria e Faria, 2008).

O docente satisfeito com as relações interpessoais e de suporte social possuiria um senso maior de estabilidade e bem-estar psicológico, o que parece não estar ocorrendo no caso dos docentes de programas de mestrado e/ou doutorado que tiveram a aprovação recente pela Capes, pois não basta ser/estar credenciado, é preciso ascender no desempenho para uma possível estabilidade e continuidade do programa.

A pesquisa mostrou que, quanto menos (ou mais) satisfeitos com a relação interpessoal, apoio de amigos e familiares os docentes possuem, menor (ou maior) é o conceito do curso.

Com um grau de significância igual a 0,018, as **Dificuldades e Preocupações Materiais** são maiores com os docentes pertencentes ao conceito 6. Estas preocupações estão associadas às dificuldades financeiras; preocupação com o dinheiro para satisfação das necessidades do docente; e problemas que os docentes possam vir a ter com transporte.

A relação estabelecida neste elemento é de que, quanto maior (ou menor) o conceito, mais (ou menos) dificuldades e preocupações materiais os docentes possuem.

Verificou-se, neste item, que os docentes nos cursos com conceito 6 possuem uma maior dependência de medicação para a vida diária (elemento constitutivo **Medicação e Qualidade de**

Vida). Com grau de significância igual a 0,026, considerou-se esta variável indicadora de possíveis alternativas que os docentes possam estar tendo, em virtude do seu estado de saúde físico e psíquico. O indivíduo pode se perceber com qualidade de vida, conforme sua posição na vida, no contexto da cultura e do sistema de valores nos quais os docentes vivem em relação aos seus objetivos, expectativas e padrões. Para Baibich-Faria e Faria (2008, p. 4),

... o elemento 'uso de medicação e qualidade de vida' seria um dos tópicos relativos ao nível de independência do indivíduo, ao lado de mobilidade, atividades da vida diária e aptidão ao trabalho. A faceta dependência de medicamentos pode ser vista tanto como um fator de piora de qualidade de vida pela diminuição da autonomia, como de melhora pelo efeito benéfico que alguns medicamentos e/ou tratamentos proporcionam.

Conclusões: a produção intelectual e a saúde dos docentes

O que, realmente, faz um docente? Qual a repercussão sobre o docente *stricto sensu* do fato de ter como objeto de trabalho outros sujeitos, seres humanos dotados de autonomia, vontade e liberdade intelectual? Enquanto trabalho interativo, a docência possui características peculiares que permitem distingui-la das outras formas de trabalho humano, sobretudo da forma atualmente dominante, que é o trabalho com objetivo de produção de mercadorias. Em quais condições, sob quais pressões, com ajuda de quais recursos se realiza hoje esse trabalho na relação com o outro? Como ele é vivenciado internamente por aqueles e aquelas que o realizam? Este trabalho teve o intuito de analisar a influência do trabalho dos docentes *stricto sensu* de duas universidades públicas paranaenses, considerando a reconfiguração produtiva do ensino superior brasileiro e sua influência na saúde física e mental dos docentes.

Apesar das inúmeras possibilidades para esta pesquisa, este trabalho tratou de delimitar a categoria Saúde Física e Mental dos docentes em comparação com o esforço de produção auferido

pelo conceito CAPES.

O perfil encontrado na pesquisa com os docentes foi de homens e mulheres na mesma proporção, com mais de 50 anos, casados, com moradia e veículo próprios, enquadramento “Adjunto” na carreira docente, pertencentes a programas, em sua maioria, com conceito 3 e das mais diversas áreas de atuação, sendo a maioria das Ciências Humanas.

Os resultados apontaram uma concentração de significância apenas entre alguns conceitos e áreas; as respostas mais significativas que deflagram uma situação crítica neste quadro de docentes são pertinentes à área de Linguística, Letras e Artes e, a partir do conceito Capes, os programas com os conceitos iniciais R e 3, e no conceito maior 6.

Primeiramente, o quadro de docentes das áreas de Linguística, Letras e Artes é o mais preocupante e discrepante das demais áreas, pois apresentaram-se mais insatisfeitos nos seguintes aspectos: nas relações pessoais e com o apoio de familiares e amigos, maior insatisfação com o desempenho pessoal, possuem menor prazer em trabalhar, são menos satisfeitos com a qualidade de vida, possuem maior desconforto físico, possuem mais problemas relacionados ao sono do que os demais pesquisados e, por último, e talvez o mais revelador, é a informação de que também são os que mais fazem uso de medicamentos para a manutenção da qualidade de vida dentre os demais.

É possível compreender que a situação desses docentes está atrelada à falta de objetivação ao seu pensamento intelectual, em comparação com outras áreas. Como criar “produtos” acadêmicos de forma tão rápida, como a dinâmica tem motivado, e com tanta intensidade? Como seguir a mesma dinâmica de pensamento produtivo como os da área das Ciências Sociais Aplicadas ou, ainda, das áreas das Ciências Exatas e Engenharias? Mais uma vez, os critérios de verificação de produção não consideram a diversidade e a especificidade de cada curso.

A pesquisa demonstrou que, no caso dos cursos Recomendados, os docentes possuem menor relação interpessoal e apoio de amigos e familiares do que os demais docentes

dos outros conceitos. Este dado pode estar relacionado com o isolamento ao qual este docente se condiciona para poder produzir mais conhecimento em seu tempo livre, no afã de cumprir com o seu compromisso de produção e publicação. Para esta produção intelectual (na maioria das vezes fora do ambiente de trabalho), é importante que os familiares e os amigos compreendam esta situação e, quem sabe, possam apoiar esta decisão de recolhimento, introspecção e inspiração, entendendo esta necessidade e não rechaçando este comportamento. Para que o trabalhador garanta a sua capacidade de reprodução, é convencional que ele aproveite a sua folga para o contato com amigos, a maior atenção e envolvimento junto à família, atividades que proporcionem uma interação com outras pessoas etc., o que poderia não estar acontecendo com os docentes pertencentes a programas de mestrado que estariam com a avaliação provisória da Capes.

No caso dos cursos Recomendados e com conceito 3, há que se considerar que a preocupação e a pressão para que o curso eleve o seu conceito causa interferência na estabilidade de produção de cada docente, já que todos os pertencentes ao quadro devem se esforçar sobremaneira para modificarem a situação de Recomendado para conceito 3.

Ao ascenderem ao conceito 3, após o primeiro triênio, os docentes dos programas (cerca de 45% do total pesquisado) continuam com a responsabilidade da manutenção do programa ou do aumento do conceito. O engajamento entre todo o quadro de docentes é necessário para este fim, porém a pesquisa apontou um baixo sentimento de reconhecimento pelo trabalho entre os docentes dos programas com estes conceitos 3.

O esforço conjunto de todos os docentes vinculados ao programa na produção mínima de conhecimento – através do comprometimento individual de cada um em ter seu trabalho publicado para a pontuação do programa – requer pouco esforço para a garantia do conceito, ou seja, se cada docente do programa publicar anualmente apenas um artigo em evento A ou dois no B ou 3 no C, já será o suficiente para a manutenção do conceito. No entanto, não se sabe ao certo se existiria um número de canais de publicação suficiente para esta demanda crescente de produção em

busca de espaço para divulgação. Desta forma, a competição e a concorrência dos docentes entre si, bem como entre os discentes, também se faz presente nesta reconfiguração da produção acadêmica, de maneira parecida nas relações de mercado, concorrência e competição do capitalismo.

Diante deste quadro, nota-se a necessidade de extremo esforço físico e mental para que se produza conhecimento teórico suficiente para melhoria e continuidade do curso e de seus docentes. Comparando-se esta situação a das organizações produtivas que, por ventura, estivessem concorrendo para a sua estabilidade no mercado, sabe-se do intenso esforço que os trabalhadores deveriam possuir para a continuidade do vínculo trabalhista, manutenção da missão organizacional, cumprimento de metas etc. Codo, W. (2004) afirma que o excesso de trabalho, ou seja, a sobrecarga de atribuições não é totalmente responsável pela causa dos sintomas do estresse. O problema do estresse está na falta de autonomia que o trabalhador encontra no momento da execução da tarefa.

Comparativamente ao item **Satisfação com a Saúde Física e Mental**, julga-se ser exaustivo o empenho laboral para que os docentes dos cursos Recomendados e os de conceito 3 possam mudar o quadro, porém não se sabe ao certo se estes trabalhadores possuem a mesma liberdade – leia-se autonomia – de produzirem como os pertencentes ao conceito 6, o que pode facilitar a associação, mas não conclusão, de que os vinculados aos cursos Recomendados e de conceito 3 poderiam estar insatisfeitos com sua saúde física e mental diante da falta de controle sobre o seu trabalho.

Os docentes de programas com conceito 6 perante a Capes demonstraram maior grau de satisfação com a saúde física e mental, maior satisfação com a segurança; mostraram-se mais satisfeitos sexualmente, mais seguros e com melhores condições materiais; o que não acontece com a mesma intensidade com os dos cursos Recomendados (R) e com conceito 3.

O que se pode salientar, nestes dois casos, é que os docentes com conceito 6 já não possuem a mesma preocupação em esforçarem-se para mudar o quadro geral do programa, pois já

estão em uma condição favorável quando comparados aos cursos em que são recém-credenciados ou possuem o conceito inicial 3.

Conforme também identificado, o *status*, a estabilidade, a visibilidade, a segurança e o comprometimento entre os pares remetem a um comportamento apenas para a manutenção do conceito. A realidade apontada pela pesquisa não apresenta um quadro totalmente de satisfação por parte desses docentes mais conceituados pela Capes, pois assumiram possuir maiores dificuldades e preocupações materiais.

A contrapartida em forma de remuneração recebida devido ao desempenho superior como publicações, destaques, prêmios etc., para estes doutores das universidades públicas e pertencentes ao conceito 6, não é imediata, como no caso dos profissionais das organizações privadas que, em algumas exceções, são remunerados pela performance. A satisfação pelo mérito acadêmico e pela vinculação grupal ao programa de destaque talvez não retire do docente a preocupação com a sua renda, pois a ele não é acrescido mais nenhum centavo pela atuação exemplar e destacável.

Se, por um lado, este docente pudesse receber os reforços positivos de reconhecimento pelos pares e pela instituição, por outro, permanece a mesma situação financeira, diferentemente no caso de executivos de empresas com semelhante desempenho favorável, mas que podem negociar estas vantagens em troca de compensações financeiras.

Constatou-se que os mesmos docentes com os melhores conceitos perante a Capes, apesar de suas satisfações recorrentes a nível mental, físico e de segurança, são os profissionais com maior dependência de medicamentos para a manutenção da qualidade de vida. Não estariam estes docentes negando seus problemas e dificuldades através de um discurso não real de satisfação? Não estariam estes docentes incorporando o perfil de trabalhador saudável, responsável, competente, infalível, desejado pelas organizações privadas? Estaria o docente confundindo sua identidade individual com a identidade coletiva? Onde estão as suas fragilidades?

As respostas para todos estes questionamentos parecem

não estar totalmente acessíveis devido à profundidade destas subjetividades, mas um dos motivos pode haver fundamento no que Chanlat, J. (1996, p. 3) afirmou, de que as organizações encaram o ser humano como “pessoa consagrada aos desafios e à superação de si mesma” ou, ainda, pela preocupação do trabalhador de que o fracasso pessoal possa ser atribuído ao não cumprimento exemplar das obrigações do trabalho. Enriquez, E. (2001) define sujeitos com este perfil como sendo capazes de ultrapassar os próprios limites, de se adaptarem às mais diversas situações, de até possuírem um discurso afirmativo de que nada lhes está ocorrendo, de serem obcecados pelo melhor desempenho e que devem se conformar à nova ideologia que lhes requer um novo comportamento, “[...] a ideologia do ‘matador cool’, aquela do ganhador, do lutador, livre das promessas, dos sonhos, dos questionamentos” (*idem, ibidem*, p. 174)

A busca pelo prazer, pela satisfação e, por fim, pelo reconhecimento dos docentes, também se realiza pela via do trabalho. Os docentes são estimulados e movidos por motivos subjetivos e não apenas pela lógica técnica e racional de produção que as universidades possam ter incorporado após a influência dos organismos internacionais nas políticas públicas de ensino superior.

Ao transformar o seu conhecimento pelo produto artigo, livro, resenha etc., o docente imprime um significado seu para com o seu trabalho, porém este significado precisa ser compartilhado e referendado entre os pares para que ele se torne realmente significante.

A reconfiguração produtiva que as universidades brasileiras adotaram em resposta às pressões dos organismos internacionais apresentou reflexos diretos na pós-graduação brasileira. Os cursos de mestrado e doutorado das universidades públicas desempenham sua função de formadores de docentes para atuar em faculdades e universidades públicas e privadas, para garantir a formação de outros docentes que, por sua vez, serão responsáveis pela educação básica e pela formação profissional e técnica necessária para as mais diversas profissões.

A elevação da escolaridade no nível da educação básica e ensino superior é uma das exigências para que, por exemplo, o

Banco Mundial possa oferecer financiamentos aos países que tenham interesse em capital para melhoria do atendimento básico à população e também à expansão industrial.

Com força de trabalho técnica e especializada, a indústria poderá produzir mais mercadorias com vistas ao atendimento da demanda do consumismo mundial. Os cidadãos escolarizados, por sua vez, tornam-se novos consumidores com poder de compra – já que estão empregados e assalariados, alimentando, assim, o ciclo de produção e consumo.

Os docentes, trabalhadores da pós-graduação, têm explicitado esta nova configuração admitida pelos programas *stricto sensu*, principalmente devido às constantes pressões que sofrem para serem mais produtivos, através da publicação em revistas e periódicos Qualis (nacionais e internacionais), orientações a alunos, participação de bancas, preparação de aulas, atuação docente em turmas de graduação e pós-graduação, reuniões com grupos de pesquisa, reuniões com colegiados e conselhos de gestão de projetos, pareceres, preparação e apresentação de trabalhos para congressos e outras atividades não computadas na sua carga horária, mas obrigatória de cumprimento devido à sua função e às metas instituídas.

Assim, percebe-se uma ausência absoluta de tempo para pensar livremente e fazer reflexões. Consequentemente, tem-se a escravização à rotina. O que importa é a produção de indicadores sobre a produção.

A questão da pressão do tempo também pode ser percebida diante da diminuição do tempo necessário para a capacitação de docentes em programas *stricto sensu* no Brasil. O tempo das licenças que permitiam a esses trabalhadores pesquisarem e amadurecerem o seu conhecimento intelectual foi diminuído pelo interesse dos órgãos regulamentadores em formar mais mestres e doutores em um curto espaço de tempo.

A pós-graduação brasileira, no cumprimento de seu papel essencial de dominar a ciência do seu tempo, de propiciar, cultivar e transmitir o saber humano está, hoje, mimeticamente ou isomorficamente, formatada nos moldes das organizações privadas.

O trabalho resultante do seu atual arranjo organizacional não emite os sinais do interesse pelo genuíno conhecimento da produção docente. O imperativo é a publicação em série.

A lógica capitalista de produção encontra outro espaço para firmar as suas raízes: a produção intelectual, produção como um produto frio, requentado e com significado limitado, ou seja, um resultado numérico para cumprimento das ordens estabelecidas.

A forma em que o trabalho docente está configurado está em conflito frontal com a vida mental destes sujeitos. As subjetividades são negadas ou camufladas no cotidiano do trabalho do docente *stricto sensu*. A objetividade estabelecida está presente nas tantas tarefas a serem executadas e que, na sua maioria, não são computadas nas horas destes docentes, e a sua vida psíquica passa muito distante da ordem do dia, de toda a pressão por produção intelectual.

Há que se considerar ainda o sistema de avaliação das agências de fomento que nivela todos os pesquisadores e instituições com base em parâmetros que podem não diferenciar e nem respeitar as condições de cada programa: sua infraestrutura (recursos físicos e financeiros), seu histórico em pesquisa e seu tempo de existência. Questiona-se, ainda, se a base desses critérios para o estabelecimento de regras de desempenho dos programas não teria sido criada observando a *performance* dos programas das universidades brasileiras de referência, detentoras de reconhecimento nacional e até mesmo internacional e que, inclusive, podem estar atuando há muito tempo na pesquisa acadêmica, tendo institucionalizada a prática da pesquisa.

A troca de conhecimentos entre os programas da mesma área entre as universidades também podem não estar sendo privilegiadas. Nota-se um grande número de publicações com dois, três, quatro ou mais autores provenientes da mesma universidade ou do mesmo programa, podendo não haver a formação de redes de pesquisa interinstitucional, nem entre docentes, nem mesmo entre os discentes de instituições.

Ainda em relação à qualidade, não se sabe ao certo se este docente produtor de trabalho intelectual também possui as habili-

dades necessárias para a formação intelectual do discente diante da “formatação” que alguns pesquisadores acabam possuindo na condução das atividades inerentes à sua função. As universidades podem estar contratando ótimos pesquisadores, porém não se tem a certeza de que são estes também ótimos mestres.

Apesar de ser ainda um dos poucos espaços de autonomia para o pensamento científico e quiçá crítico, parece estar valorizando a produção intelectual dos docentes de uma forma diferente dos reais objetivos de sua existência.

A percepção que se tem ao finalizar esta pesquisa é de que as universidades estão organizadas produtivamente, de forma que os docentes estejam criando uma cultura organizacional que mantém o poder político institucionalizado (leia-se pela influência dos organismos internacionais) e que condiciona a saúde psíquica dos docentes. Não há separação do indivíduo das relações em que vive. Ele é influenciado pelo meio e influencia o meio. Suas individualidades, particularidades e subjetividades podem não estar sendo consideradas, mas, sim, um comportamento padronizado. Admite-se existir uma força opressora da organização produtiva intelectual, muito próxima dos ideais tayloristas e fordistas, que têm prejudicado a saúde física e mental dos docentes.

Não há tempo para pensar a vida psíquica e as subjetividades destes indivíduos, pois a dinâmica do trabalho é uma só: maior e melhor produção.

Parece não estar próximo, pelo menos por enquanto, de os sujeitos desta análise utilizarem seu tempo livre que é para Mészáros, I. (2007, p. 43) potencialmente emancipatório, mesmo que incorporado no trabalho excedente, produtivamente crescente na sociedade atual, “[...] precondição e tesouro promissor de todo avanço futuro se libertado de seu invólucro capitalista alienante”. O tempo livre para a conseqüente produção livre favorece ao enriquecimento dos indivíduos sociais de forma a prover a eles um aproveitamento das suas potencialidades positivas da própria humanidade.

Os docentes são contratados para as suas funções, porém não dispõem de tempo para contextualizar as suas relações inter-

personais. A burocratização estabelece a alienação e o sentimento de vigilância; a regra e o cumprimento das ordens estabelecidas é o que basta. Estariam estes trabalhadores tendo reflexão crítica sobre a sua condição de trabalho? A intenção efetivamente acadêmica deve ser sobreposta à intenção produtivista; deve-se questionar ou saber exatamente onde se pretende chegar, para que não se tenha um comportamento de se fazer apenas por repetição o que os outros estão fazendo.

Desta forma, conclui-se que a saúde física e mental dos docentes está diretamente relacionada ao processo produtivo presente nas universidades, e que esta forma de gestão da produtividade está muito próxima do que se constata atualmente nas organizações capitalistas. Os resultados no aumento da produção intelectual são evidentes, mas os problemas desta configuração produtiva têm trazido complicações de ordem física e mental para os docentes *stricto sensu* das duas universidades pesquisadas.

Cabe ao gestor, em qualquer natureza institucional, reconhecer estes problemas e também encontrar alternativas para que os trabalhadores não deixem de ser produtivos, mas que também possam atuar em um ambiente que favoreça, como no caso estudado, à produção intelectual livre, considerando o tempo necessário para as pesquisas e publicações, garantindo que as individualidades e subjetividades sejam respeitadas e, além disso, contribua significativamente para o desenvolvimento social, político e econômico brasileiro.

Referências

- Alves, G. (2007). *Dimensões da reestruturação produtiva: Ensaios da sociologia do trabalho*. Bauru, SP: Canal 6.
- Antunes, R. (1999). *Adeus ao trabalho? Ensaios sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho* (6a ed.) São Paulo: Cortez.
- Avaliação Trienal 2007. (2008). Recuperado em 20 janeiro 2008, da <http://www.CAPES.gov.br/export/sites/CAPES/download/avaliacaotrienal/RelatorioResultadosTODOS2007.xls>
- Baibich-Faria, T., & Faria J. H. (2008). Trabalho docente em pós-

- graduação *stricto-sensu* em educação: Da Síndrome Datacapex à Síndrome do Estoicismo-Hercúleo. In *Anais do 7º seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul*. Itajaí, SC: ANPED.
- Belloni, I. (2002). A educação superior na nova LDB. In I. Brzezinski (Org.), *LDB interpretada: Diversos olhares se inter cruzam* (7ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Bianchetti, L., & Machado, A. M. N. (2007). *Reféns da produtividade*. Caxambu, MG: ANPED.
- Caracterização e procedimentos básicos. (2008). Recuperado em 20 janeiro 2008, da http://www2.CAPES.gov.br/CAPES/portal/conteudo/10/Acompanhamento_Avaliacao.htm
- Chanlat, J. F. (2000). *O indivíduo na organização: Dimensões esquecidas* (3ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Codo, W. (2004). Psicopatologia do trabalho. In W. Codo (Org.), *O trabalho enlouquece? Um encontro entre a clínica e o trabalho*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Cunha, L. A. (1983). *A universidade crítica: O ensino superior na república populista*. Rio de Janeiro: F. Alves.
- Dancey, C. P., & Reidy, J. (2006). *Estatística sem matemática para psicologia: Usando SPSS para Windows* (3ª ed.) Porto Alegre, RS: Artmed.
- Danna, K., & Griffin, R.W. (1999). Health and well-being in the workplace: A review and synthesis of the literature. *Journal of Management*, (25), 357-384.
- De Meis, L., Velloso, A., Lannes, D., Carmo, M. S., & De meis, C. (2003). The growing competition in Brazil science: Rites of passage, stress and burnout. *Brazilian Journal of Medical and Biological Research*, 36(9), 1135-1141.
- Dejours, C. (1992). *A loucura do trabalho: Estudo de psicopatologia do trabalho* (5ª ed.) São Paulo: Cortez/Oboré.
- Enriquez, E. (2001). Interioridade e organizações. In E. Davel, & S. C. Vergara (Org.), *Gestão com pessoas e subjetividade* (pp. 173-187). São Paulo: Atlas.

- Faria, J. H. (2007a). *Economia política do poder* (Vol. 1). Curitiba, PR: Juruá, 2007.
- Faria, J. H. (2007b). Os fundamentos da teoria crítica: Uma introdução. In *Análise crítica das teorias e práticas organizacionais* (pp. 1-20). São Paulo: Atlas.
- Faria, J. H., & Meneghetti, F. K. (2001). O seqüestro da subjetividade e as novas formas de controle psicológico no trabalho: Uma abordagem crítica ao modelo toyotista de produção. In *Anais do 25º Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração* [1 CD-ROM]. Campinas, SP: ANPAD.
- Faria, J. H., & Pinto, R. P. (2004). O discurso e a prática da ética nas relações de trabalho: os paradoxos da práxis de uma organização bancária. In *Anais do 28º Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração* [1 CD-ROM]. Curitiba, PR: ANPAD.
- Ferreira, M. C., Pacheco, S., Pinto, N. M., Fernandes, H., & Correa e Silva, A. P. (2007). O bem-estar no trabalho e a predição da exaustão emocional. In *Anais do 31º Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração* [1 CD-ROM]. Rio de Janeiro: ANPAD.
- Hair, J., Anderson, R. E., Tatham, R. L., & Black, W. C. (2005). *Análise multivariada de dados* (5a ed.). Porto Alegre, RS: Bookman, 2005.
- Heloni, R., & Piolli, E. (2005). A falácia da qualificação: Dilemas do (des)emprego dos profissionais de nível superior. *Revista Usp* (64), 201-210.
- Holanda, S. B. de. (1995). *Raízes do Brasil* (26a ed.). Sao Paulo: Companhia das Letras.
- Kosik, K. (2007). *Dialética do concreto* (7a ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Louzada, R. de C.R., & Silva Filho, J. F. da. (2005). Pós-graduação e trabalho: Um estudo sobre projetos e expectativas de doutorandos brasileiros. *História, Ciência, Saúde, Manguinhos*, 12(2), p.1-17, maio/ago.

- Mészáros, I. (2005). *A educação para além do capital* (I. Tavares, Trad.). São Paulo: Boitempo.
- Moraes Neto, B. R. (1991). *Marx, Taylor e Ford: As forças produtivas em discussão*. São Paulo: Brasiliense.
- Oliveira, E. (2004). *Toyotismo no Brasil: Desencantamento da fábrica, envolvimento e resistência*. São Paulo: Expressão Popular.
- Ouchi, W. G. (1990). *Teoria Z: Como as empresas podem enfrentar o desafio japonês*. São Paulo: Nobel.
- Peter, T., & Waterman, R. (1984). *In search of excellence: Lessons from America's best-run companies*. New York: Times Warner.
- Shiroma, E. O. (2000). *Política educacional*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Torres, R. M. (1998). Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. In L. De Tommasi & M. J. Ward & S. Haddad (Org.), *O Banco Mundial e as políticas educacionais* (2a ed., pp. 125-193). São Paulo: Cortez
- Vasconcelos, A., & Faria, J. H. (2007). Os paradoxos entre a saúde mental no trabalho e as estratégias organizacionais de promoção de saúde do trabalhador: Um estudo de caso. In *Anais do 31 Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração* [1 CD-ROM]. Rio de Janeiro: ANPAD.
- World Health Organization. *Wholis*. Recuperado em 08 junho 2008, da <http://www.who.int/library/databases/en>

Recebido em 15 de junho de 2009

Aceito em 10 de fevereiro de 2010

Revisado em 10 de março de 2010